



Lei nº 2.847 – de 30 de setembro de 1998.

“Altera a denominação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; modifica a Estrutura Administrativa da PMU; cria empregos no Quadro Geral de Servidores e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA:

Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 96, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art. 8º, da Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É alterada a denominação, de que trata o item 3, inciso III, do Art. 1º e do Art. 9º da Lei nº 2.795, de 19/02/98, de Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS, sigla SOTSU.

Parágrafo Único – O Cargo em Comissão, correspondente a esta alteração, passa a denominar-se Secretário Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos – SOTSU, além das atribuições estabelecidas, é o órgão executivo de trânsito, a que alude o Art. 8º da Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), com competência a circunscrição territorial deste Município.

Art. 3º - Ficam criados na Estrutura da SOTSU, uma Diretoria de Trânsito – sigla DITRAN; as Coordenadorias de Controle do Trânsito, e, de Serviços e Registros do Trânsito; os Setores de Veículos Automotivos; e, de Veículos de Autopropulsão e de Tração Animal; e o Encarregado da Área Azul, alterando-se os incisos I e II, do Art. 9º, da Lei Municipal nº 2.795/98, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 9º - ...

I - Diretoria de Trânsito:

a) Coordenadoria de Controle do Trânsito:

- 1 – Setor de Veículos Automotivos;
- 2 – Setor de Veículos de Autopropulsão e de Tração Animal
- 3 – Setor de Transportes Coletivos;

b) Coordenadoria de Serviços e Registros do Trânsito:

- 1 – Setor de Pintura;
- 2 – Setor de Sinalização;
- 3 – Encarregado da Área Azul.

II - Coordenadoria de Apoio Administrativo:

1 – Setor de Controle”

...

Parágrafo Único - As atribuições de competência da Diretoria de Trânsito serão estabelecidas por Decreto.

Art. 4º - Ficam criados os Cargos em Comissão ou Funções Gratificadas, correspondentes, retificando-se o Art. 15 da Lei nº 2.795/98, que vigorará com as seguintes alterações:

Ordem	Nível	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Valor
02	02	25	Encarregado	R\$ 400,00
03	03	50	Chefe de Setor	R\$ 700,00



...				
04	04	44	Coordenador	R\$ 1.000,00
...				
05	05	03	Diretor	R\$ 1.500,00
...				
...				

Art. 5º - Ficam criados, no Quadro Geral de Servidores Públicos do Município, de que trata a Lei nº 2.188/91, mais 27 (vinte e sete) empregos de Fiscal, alterando-se as especificações do seu Art. 4º, que passa a vigorar com o seguinte redação:

Categoria Funcional	Nº de Ordem	Padrão	Nº de Empregos	Código
Fiscal	27	9	50	27/09/09

Parágrafo Único – Os requisitos e as atribuições do emprego de Fiscal, de provimento efetivo, de que trata a Anexo I da Lei nº 2.188/91, passam a vigorar de acordo com a nova redação constante das especificações anexas.

Art. 6º - É fixado em R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) o salário de Fiscal, Padrão 09, Grau 'A', de que trata o Art. 24, da Lei nº 2.188/91.

Parágrafo Único – São renumerados, em consequência da reclassificação do emprego de Fiscal, todas as Categorias Funcionais do anterior Padrão 09 para Padrão 10, mantendo-se inalteradas as demais especificações.

Art. 7º - O Diretor da Diretoria de Trânsito será a autoridade municipal de trânsito.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos, passa a ter mais as seguintes atribuições de trânsito:

- I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
- II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres, animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;
- III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
- IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;
- V – estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
- VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas na Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;
- VII - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas na Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;
- VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação de veículos, bem como notificar a arrecadar as multas que aplicar;
- IX - autorizar e fiscalizar a realização de obras e eventos que interfiram na livre circulação de veículos e pedestres, de acordo com o regulamento pertinente, arrecadando as multas que aplicar;
- X - exercer as atividades previstas para o órgão executivo municipal de trânsito, conforme o disposto no § 2º do artigo 95 da Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro);
- XI - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias públicas, arrecadando os valores daí decorrentes;
- XII - arrecadar valores provenientes de estada/remoção de veículos, objetos e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas, arrecadando os valores



decorrentes da prestação destes serviços;

XIII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XIV - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional do Trânsito;

XVI - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pela CONTRAN;

XVII - planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVIII - registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XIX - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

XXI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

XXII - vistoriar veículos que necessitam de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;

XXIII - firmar convênios e contratos, observadas as regras da Lei Federal nº 8.666/93, com pessoas jurídicas de direito público ou privado, visando a consecução dos objetivos e finalidades indicados na presente Lei.

Art. 9º - Fica criada, na Secretaria de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos, a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI).

Art. 10 - A JARI terá a seguintes atribuições:

I - julgar os recursos interpostos pelos autuados;

II - solicitar ao órgão executivo de trânsito informações complementares relativas aos recursos, com vistas aos julgamentos;

III - encaminhar ao órgão executivo de trânsito sugestões recolhidas nos julgamentos dos recursos, visando aperfeiçoar a sistema de trânsito;

IV - elaborar seu regimento interno;

V - credenciar-se no Conselho de Trânsito do Estado do Rio Grande do Sul, segundo disposições que vierem ser estabelecidas;

Art. 11 - A Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) será composta de três membros, integrantes dos quadros de servidores do Município, indicados pelo Prefeito, sendo:

I - um advogado;

II - um engenheiro; e

III - um representante do órgão executivo municipal de trânsito.

§ 1º - Os membros da JARI serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

§ 2º - O mandato dos membros da JARI será de 02 (dois) anos, vedada a recondução, para o mandato imediato.

§ 3º - A JARI somente poderá deliberar com a totalidade de seus membros.

Parágrafo Único - Das decisões da JARI caberá recurso ao CETRAN (Conselho Estadual de Trânsito)

Art. 12 - Os membros da JARI farão jus a uma Gratificação Especial, quando cabível, nos termos do inciso I do Art. 16, da Lei nº 2.795, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 13 - Os trabalhos da JARI serão conduzidos e representados por um Presidente, indicado e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo dentre os seus integrantes.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO**



Art. 14 - Fica incluída, na lei de diretrizes orçamentárias mais a seguinte meta:

“Implantação do Sistema Municipal de Trânsito”.

Art. 15 - As despesas decorrentes da presente Lei correrão pela rubrica do orçamento vigente.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 1998.

Neito João Antonio Bonotto
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.
Data supra.

Diroci Pereira Rodrigues
Secretário Municipal de Administração



ANEXO

DENOMINAÇÃO DA CATEGORIA: **Fiscal.**

PADRÃO: **09**

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS ATRIBUIÇÕES:

Exercer a fiscalização geral nas áreas de obras, indústria e comércio e no pertinente à aplicação e cumprimento das disposições legais compreendidas na competência tributária municipal, na fiscalização de trânsito, sugerindo, orientando, autuando pedestres e condutores de veículos, no âmbito municipal, conforme normas do Código de Trânsito Brasileiro, controle com respeito a aplicação das leis e posturas municipais, especificadas na parte que se refere ao transporte público.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATRIBUIÇÕES:

a) Fiscalização relativa a tributos:

- 01 - fazer verificação junto a contribuintes visando à perfeita execução da fiscalização tributária;
- 02 – proceder a quaisquer diligências exigidas pelo serviço;
- 03 – orientar o contribuinte sobre a legislação tributária municipal;
- 04 – lavrar autos de infração às normas legais;
- 05 – expedir notificações e intimações;
- 06 – estudar e propor medidas que visem a melhorar os serviços de fiscalização;
- 07 – elaborar relatórios das atividades desenvolvidas;
- 08 – prestar informações em processos relacionados com as respectivas atividades;
- 09 – realizar tarefas afins.

b) Fiscalização relativa a obras:

- 01 – fiscalizar as obras em execução no Município;
- 02 – verificar se as construções estão de acordo com as plantas aprovadas pela Prefeitura;
- 03 – fiscalizar serviços de reformas e demolições de prédios;
- 04 – providenciar, de conformidade com o parecer do órgão técnico competente, no embargo de obras iniciadas sem aprovação ou em desconformidade com as plantas aprovadas;
- 05 – fazer comunicações e intimações;
- 06 – lavrar autos de infração às normas legais;
- 07 – prestar informações em processos relacionados com as respectivas atividades;
- 08 – apresentar relatórios das atividades desempenhadas;
- 09 – realizar tarefas afins.

c) Fiscalização relativa a posturas:

- 01 – fiscalizar o cumprimento da Lei de Posturas Municipais;
- 02 – verificar, nas áreas sob sua fiscalização: alvarás de localização, comércio ambulante, fugas d'água, fossas, águas estagnadas, obstrução de esgotos, redes de iluminação e sinalização, calçamentos, vias e jardins públicos, depósitos de lixo, animais mortos e logradouros públicos e criação de animais vedada por lei;
- 03 – fiscalizar a colocação de andaimes, tapumes, bem como o carregamento e descarregamento de material em via pública;
- 04 – providenciar na apreensão, quando designado, de objetos e animais negociados ou abandonados nos logradouros públicos;
- 05 – exercer a repressão às construções clandestinas;
- 06 – registrar quaisquer irregularidades verificadas;
- 07 – fazer comunicações e intimações;
- 08 – lavrar autos de infração às normas legais;
- 09 – apresentar relatórios das respectivas atividades;
- 10 realizar tarefas afins.

d) Fiscalização relativa ao trânsito:

- 01 – verificar e registrar quaisquer irregularidades no desenvolvimento do transporte público municipal, suscetíveis de controle pela Diretoria de Trânsito, tais como: alvará de permissão, si-



nalização horizontal, vertical e semafórica;

02 – exercer o controle de linhas de transportes coletivos, terminais, itinerários, tarifas, tabelas de horários, estado de conservação, segurança e higiene dos ônibus, táxi-lotação, táxis e veículos de transporte escolar, regularidade nos horários dos veículos em tráfego e tratamento aos usuários;

03 – controlar a operação de embarque e desembarque dos usuários de ônibus urbanos e as linhas do interior do Município;

04 – controlar a lotação de passageiros, a fim de impedir o seu excesso;

05 – verificar a documentação de motoristas, cobradores e largadores em serviço;

06 – exercer o controle em pontos de embarque de táxis;

07 – comunicar quaisquer irregularidades referentes à área do trânsito suscetíveis de controle pelo Município, lavrar autos de infração;

08 – praticar todos os atos necessários à instrução de processos;

09 – apresentar periodicamente boletins de atividades realizadas;

10 - executar a fiscalização de trânsito, nos termos da legislação federal pertinente;

11 - orientar pedestres e condutores de veículos, notificar os infratores, sugerir medidas de segurança relativas à circulação de veículos e de pedestres, bem como a concernente a sinalização de trânsito nas vias urbanas municipais;

12 - orientar ciclistas e condutores de animais, auxiliar no planejamento, na regulamentação e na operação do trânsito, com ênfase à segurança;

13 - fiscalizar o cumprimento em relação à sinalização de trânsito;

14 - auxiliar na coleta de dados estatísticos e em estudos sobre a circulação de veículos e pedestres;

15 - lavrar as ocorrências de trânsito e quando for o caso, providenciar a remoção dos veículos infratores;

16 - participar de projetos de orientação, educação e segurança de trânsito;

17 - vistoriar veículos em questões de segurança, higiene, manutenção, carga, etc.;

18 - demais atividades afins, especialmente as contidas no art. 24, do Código de Trânsito, previsto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, pertinentes à fiscalização.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Horário: período normal de 40 horas semanais.

b) Condições de saúde específica para a natureza do emprego.

c) Outras: sujeito a plantões, prestação de serviços a noite, sábados, domingos e feriados, sujeito ao trabalho desabrigado.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: 2º Grau completo.

b) Idade: Mínima 18 anos – máxima conforme processo seletivo.

c) Outros: Conforme as instruções reguladoras do processo seletivo.

PROVIMENTO: Concurso público.